



AJUSTE DIRETO – REGIME GERAL

REF.ª AD 02/2025

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA O RAMO
DE ACIDENTES DE VIDA-MEMBROS**

CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO DE 2025

PARTE I**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS****CLÁUSULA 1.^a- ENQUADRAMENTO**

1. O presente procedimento, de acordo com a descrição apresentada nas Especificações Técnicas – Parte II do Caderno de Encargos, tem por objeto as prestações abrangidas por um contrato de prestações de serviços, em concreto, prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros, para a Didaxis – Cooperativa de Ensino, C. R. L.
2. Na execução da prestação de serviços supracitada, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, o prestador de serviços fica obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a prestação de serviços objeto do contrato.
4. A responsabilidade de todos os serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo a Didaxis – Cooperativa de Ensino, C. R. L. (doravante designado abreviadamente por Entidade Adjudicante), a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o prestador de serviços.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

CLÁUSULA 2.^a- OBJETO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto – regime geral, que tem por objeto principal a “prestação de serviços de seguros para o ramo de vida-membros”, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP), nas condições definidas nas Especificações Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 3.^a- CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª - PRAZO CONTRATUAL

1. Será atribuída eficácia retroativa ao presente contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 287.º do CCP, por razões de interesse público, a qual não é proibida por lei, não lesa direitos e interesses legalmente protegidos de terceiros, e não impede, restringe ou falseia a concorrência, produzindo efeitos a **01 de janeiro de 2025**, ficando ratificado tudo quanto haja sido prestado.
2. A apólice objeto do contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses e as coberturas são as constantes na Parte II do presente Caderno de Encargos.
3. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
 - 3.1. O prazo de execução máximo de 12 (doze) meses, a contar do dia 01 de janeiro de 2025 (inclusive);
 - 3.2. O valor do preço contratual.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 2 e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido no âmbito do presente contrato, o mesmo extingue-se sem que assista à Empresa de Seguros o direito a qualquer indemnização pelas prestações não executadas.
5. A cessação do contrato pelo decurso do prazo não desonera o adjudicatário do cumprimento de obrigações que devam perdurar para além da cessação, designadamente, o encerramento de processos que à data se encontrem pendentes.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 5.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato decorrem para prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Prestar os serviços objeto do contrato identificados na sua proposta, em conformidade com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Especificações Técnicas - Parte II, do presente Caderno de Encargos e, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade;
 - 1.2. Assegurar a emissão da apólice de seguro, conforme indicado na Parte II do presente Caderno de Encargos;
 - 1.3. Proceder às averiguações necessárias ao reconhecimento dos sinistros, em especial quando tais ações sejam solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - 1.4. Suportar as despesas recorrentes da regularização dos sinistros referidos no número anterior, incluindo judiciais;

- 1.5. Pagar as indemnizações logo que estejam concluídas as investigações necessárias ao reconhecimento da responsabilidade da Entidade Adjudicante e à fixação do montante dos danos. Se decorridos 30 (trinta) dias sobre a posse de todos os elementos indispensáveis à reparação da indemnização acordo, a Empresa de Seguros não tiver realizado essa obrigação, por causa não justificada ou que lhe seja imputada, incorrerá em mora, vencendo indemnização juros à taxa legal;
- 1.6. Esclarecer a Entidade Adjudicante em quaisquer dúvidas relacionadas com o objeto do contrato;
- 1.7. Não alterar as condições da prestação de serviços, nomeadamente não efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições acordadas com a Entidade Adjudicante, exceto se estas resultarem da disposição legal, de norma da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos, e neste caso, com o consentimento da Entidade Adjudicante; Apenas se aceitará a atualização de prémios que resulte de alteração de capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras, mas carecendo sempre de prévia notificação à Entidade Adjudicante, com a antecedência mínima de 30 dias;
- 1.8. Garantir o acesso à informação atualizada e relativa à modalidade de seguro incluída no contrato, sempre que tal lhe seja solicitado pelos interlocutores designados pela Entidade Adjudicante;
- 1.9. Proceder à atualização das coberturas dos seguros obrigatórios que decorram de alterações legislativas, dando prévio conhecimento à Entidade Adjudicante;
- 1.10. Executar uma prestação de serviços de qualidade, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
- 1.11. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
- 1.12. Desempenhar as suas funções de acordo com as condições constantes da sua proposta;
- 1.13. Conduzir os serviços com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- 1.14. Cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis à prestação de serviços, designadamente o disposto no artigo 419.º-A da Lei n.º 78/2022, de 07 de novembro, no que lhe seja aplicável;
- 1.15. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Entidade Adjudicante relativos à prestação de serviços e que resultem da ação ou omissão do(s) profissional(ais) por si empregues na execução das obrigações emergentes do contrato;
- 1.16. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
- 1.17. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento, sejam circunstâncias que constituam ou não força maior, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante. Sempre que houver interrupção da prestação de serviços não programada, à Empresa de Seguros emitirá, no prazo de 5 (cinco) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma;

- 1.18. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - 1.19. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
 - 1.20. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação de serviços, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - 1.21. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
 - 1.22. Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o prestador de serviços indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
 - 1.23. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados;
 - 1.24. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
 - 1.25. Realizar no mínimo uma ação de formação e sensibilização aos seus trabalhadores sobre boas práticas ambientais, no decorrer do prazo de execução do contrato;
 - 1.26. Assegurar que toda a documentação a enviar à Entidade Adjudicante é feita por meios eletrónicos ou, em alternativa, utilizar papéis de gramagem mais baixa e de papel reciclado, desde que não comprometa a qualidade da impressão bem como a utilização de tinteiros/toners reciclados.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização indispensável à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 3. O adjudicatário tem de nomear um representante, para a mediação dos seguros a contratar, assegurando a sua remuneração, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada, ou qualquer outro encargo para a Entidade adjudicante, o qual, sempre que seja necessário deslocar-se à sede da entidade adjudicante **não poderá demorar mais que 1h depois de comunicada a necessidade.**
 4. O prestador de serviços deve disponibilizar uma linha telefónica de atendimento, nos dias úteis em horário alargado, que garanta desde o primeiro momento, a assistência e acompanhamento dos sinistros.
 5. O adjudicatário deve disponibilizar acesso a plataforma online, que permita à Entidade adjudicante efetuar o acompanhamento da apólice e sinistros.
 6. Caberá ao mediador de seguros:

- 6.1. Realizar serviços de consultadoria e orientação em tudo o que respeita a contratos de seguro e gestão de sinistros;
- 6.2. Promover o aconselhamento das medidas a adotar para redução e controlo do risco;
- 6.3. Prestar apoio na elaboração dos documentos necessários ao desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e nas várias fases processuais, sempre que necessário;
- 6.4. Aconselhar e propor políticas de transferência de riscos;
- 6.5. Desenvolver serviços especializados de gestão de risco;
- 6.6. Disponibilizar um serviço de assistência de 24/24 horas, todos os dias do ano;
- 6.7. Garantir uma gestão integral do contrato de seguro, assegurando, nomeadamente, a supervisão técnica e gestão administrativa do mesmo, a análise técnica de propostas, quando tal lhe for solicitado, a colocação do contrato de seguro, na empresa de seguros que vier a obter a posição de adjudicatária e a monitorização da execução do contrato através da elaboração e apresentação de relatórios;
- 6.8. Garantir o controlo e liquidação dos recibos de estorno e das indemnizações;
- 6.9. Organização e atualização permanente do orçamento anual de seguros da Entidade Adjudicante;
- 6.10. Apresentação de um Relatório Anual sobre a gestão do ramo de seguros objeto do contrato, numa relação de custo/benefício, índices de sinistralidade e outros dados de interesse para conhecimento da Entidade adjudicante;
- 6.11. Disponibilização sem custos, da consultoria jurídica de um conjunto de advogados.
- 6.12. Sempre que o mediador de seguros não cumpra com as suas obrigações, o adjudicatário deverá substituí-lo, após aprovação da Entidade Adjudicante.
7. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de, durante a execução do contrato, designar mediador de seguros habilitado a intervir na mediação e gestão dos seguros adjudicados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, constituindo, neste caso, obrigação da Empresa de Seguros:
 - 7.1. Aceitar a intervenção do mediador de seguros que for indicado, em todas as matérias relacionadas com a gestão da apólice, sinistros, cobranças de prémios e na monitorização e execução do contrato;
 - 7.2. Facultar atempadamente ao mediador de seguros da Entidade Adjudicante, todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados;
 - 7.3. Assegurar a remuneração do mediador de seguros da Entidade Adjudicante, conforme previsto no Decreto-lei n.º 7/2019 de 16 de janeiro, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.

CLÁUSULA 6.^a – REQUISITOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A proposta de cobertura de riscos visa prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela Entidade Adjudicante, e a esta imputáveis, em matéria e danos corporais que se venham a manifestar sobre os seus profissionais.
2. Não se poderá verificar qualquer exclusão ou alteração das coberturas da apólice apresentada e aceites pela Entidade Adjudicante.

CLÁUSULA 7.^a - CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A Empresa de Seguros obriga-se a prestar os serviços objeto do presente procedimento nos termos, condições e prazos acordados, em completa observância do prescrito neste Caderno de Encargos e na proposta apresentada.
2. Os serviços objeto do contrato deverão ser prestados em perfeitas condições de ser utilizados para o fim a que se destinam, e instruídos pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral utilização.
3. A Empresa de Seguros é responsável, perante a Entidade Adjudicante, por qualquer discrepância verificada entre as condições de contratação de apólice por si definida e a efetivamente contratada.
4. Todas as despesas e custos inerentes à prestação de serviços são da responsabilidade da Empresa de Seguros.

CLÁUSULA 8.^a - CONTROLO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pela Empresa de Seguros e o qual fará a inspeção e o acompanhamento da prestação de serviços, com a periodicidade e frequência que se considere necessárias.
2. O acompanhamento da execução da prestação de serviços será efetuado sempre a Entidade Adjudicante o julgue conveniente, diretamente pelo gestor do contrato, ou por representante por si designado.
3. A Entidade Adjudicante, através do gestor, procederá à inspeção qualitativa e quantitativa daqueles, com vista a verificar se estão em conformidade com as condições estabelecidas nas Especificações Técnicas - Parte II do presente Caderno de Encargos, de modo a aferir se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos que se encontram definidos nas citadas Especificações Técnicas e os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. A Empresa de Seguros deve facultar à Entidade Adjudicante, ou a qualquer outra entidade por esta nomeada, desde que devidamente credenciada, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, bem como livre acesso a toda a documentação produzida no âmbito da execução do contrato, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato, ou de alguém designado por este, quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações da Empresa de Seguros.

6. A Empresa de Seguros não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito dos serviços a prestar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 9.ª – DISCREPÂNCIAS

1. Se no decorrer da execução do contrato não se comprovar a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, a Empresa de Seguros /ou mediador de seguros nomeado.
2. No caso previsto no número anterior, a Empresa de Seguros e/ou o mediador de seguros nomeado deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações necessárias para garantir a operacionalidade dos serviços objeto do contrato e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Imediatamente após a conclusão das alterações necessárias, a Empresa de Seguros e/ou o mediador de seguros nomeado deverá comunicar, por escrito, este facto à Entidade Adjudicante, de modo que esta última efetue uma nova inspeção de aceitação.
4. São excluídos de garantia todas as discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
5. Em caso de discrepância detetada no objeto do contrato, a Empresa de Seguros compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

CLÁUSULA 10.ª - CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.

6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
10. O prestador de serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
12. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
13. O prestador de serviços obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto) que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado abreviadamente por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente a:
 - 13.1. Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - 13.2. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - 13.3. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - 13.4. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - 13.5. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição,

- acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- 13.6. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- 13.7. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
14. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o prestador de serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o prestador de serviços e o referido colaborador.
17. No caso em que o prestador de serviços seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

CLÁUSULA 11.ª - PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 12.ª - CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

1. A Empresa de Seguros deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da Entidade adjudicante.
2. A Empresa de Seguros obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 13.^a - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS

1. Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:
 - 1.1. Efetuar o controlo da qualidade da prestação de serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas;
 - 1.2. Monitorizar a prestação de serviços, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios registados, identificar as causas e solicitar ao prestador de serviços a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
 - 1.3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à prestação de serviços.
 - 1.4. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 14.^a - PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar à Empresa de Seguros o preço constante da proposta adjudicada, sendo este o preço correspondente, considerando a apólice de seguros individual efetivamente contratualizada no período e o respetivo período de fracionamento indicado.
2. O preço contratual não poderá exceder o preço base do procedimento fixado em **6.917,01€ (seis mil, novecentos e dezassete euros e um cêntimo)**, ao qual não acrescerá IVA em virtude de este não ser legalmente devido, que é o preço máximo que a Entidade Adjudicante está disposta a pagar pela referida prestação de serviços para o período de execução máximo de 12 (doze meses).
3. Nos termos do nº 3 do artigo 47º do CCP, o preço base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
4. O preço referido no nº 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.
5. O pagamento de serviços complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 454.º do CCP.
6. No decurso da execução do contrato, a Empresa de Seguros, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas, franquias e outras condições constantes da proposta, com exceção do indicado nas seguintes alíneas e sem prejuízo do previsto nas alíneas seguintes:
 - 6.1. São permitidas alterações nas coberturas sempre que as mesmas sejam reforçadas e quando não decorra impacto nos valores dos prémios e taxas;
 - 6.2. Só são permitidas alterações às taxas e prémio da apólice, se estas resultarem de alteração de objetos ou capitais seguros, de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento da Entidade Adjudicante.

7. As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas no número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Entidade Adjudicante com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia.
8. O preço referido no n.º 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cujo responsabilidade não estejam expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente todos os custos relativos à emissão de apólice, todas as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, bem como a remuneração do mediador de seguros.

CLÁUSULA 15.ª – FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas/avisos de pagamento, as quais serão emitidas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista nas Cláusulas Técnicas.
2. Os Avisos de pagamento deverão ser enviados pela Empresa de Seguros para a morada da Entidade Adjudicante ou por meio eletrónico, se assim for acordado, e em cumprimento do disposto no n.º 1.26 da Cláusula 5ª do presente Caderno de Encargos.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados no Aviso de Cobrança, o Gestor de Contrato deve comunicar à Empresa de Seguros, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo Aviso corrigido.
4. O mediador de seguros é, nos termos da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, remunerado diretamente pela(s) empresa(s) de seguros, pelo que a remuneração deste não constituirá, em caso algum, um encargo para a Entidade Adjudicante.

CAPÍTULO IV– PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 16.ª - PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e dos danos causados, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis).
2. Na determinação da gravidade do incumprimento a Entidade Adjudicante terá em conta o grau de culpa do prestador de serviços, a sua eventual reiteração e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

CLÁUSULA 17.ª - FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo prestador de serviços, de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 18.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a Empresa de Seguros violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:
 - 1.1. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;

- 1.2. Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
- 1.3. Incumprimento, por parte do adjudicatário e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução da prestação de serviços;
- 1.4. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato e sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
- 1.5. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- 1.6. O prestador de serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, nem faz cessar as obrigações acessórias respeitantes a essas mesmas prestações, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante, podendo o prestador de serviços pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

CLÁUSULA 19.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Empresa de Seguros pode resolver o contrato em caso de:
 - 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável aa Entidade adjudicante;
 - 1.3. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recuso à arbitragem.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3. do anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo prestador de serviços aa Entidade adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 20.ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da Entidade adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 21.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação da Empresa de Seguros e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.

CLÁUSULA 22.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - 1.1. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante;
 - 1.2. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual das entidades a identificar no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
3. No caso das comunicações do prestador de serviços à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 23.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 24.ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da prestação de serviços a contratar, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**CLÁUSULA 25.ª – ENQUADRAMENTO**

1. Refere-se o presente procedimento às especificações e características a que deve obedecer a aquisição de apólice de seguros para o ramo de vida-membros, para a Didaxis – Cooperativa de Ensino, C.R.L.
2. O objeto do contrato a celebrar visa a transferência de risco para a Empresa de Seguros através da contratação de apólice de seguro.
3. **A Didaxis – Cooperativa de Ensino, C.R.L. está isenta do Imposto de Selo.**

CLÁUSULA 26.ª – FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A prestação do serviço terá, ainda, subjacente as seguintes condições:
 - 1.1. Realização de reuniões presenciais com o mediador de seguros nomeado, com periodicidade trimestral, na morada da sede da Entidade Adjudicante;
 - 1.2. A participação de ocorrências será sempre efetuada presencialmente com o mediador de seguros nomeado;
 - 1.3. As coberturas definidas nas peças do procedimento e respetivos anexos, são mínimas, podendo sempre ser propostas pela Empresa de Seguros, coberturas superiores, quando não decorra impacto nos valores do prémio e taxas;
 - 1.4. Nas situações em que, por motivos justificáveis e alheios à Entidade Adjudicante, a apólice termine antes do previsto, o valor do prémio ainda a vencer dará lugar ao respetivo estorno.
 - 1.5. A Empresa de Seguros deverá garantir a correta cessação do contrato da apólice a descontinuar, para que não exista duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falha de cobertura por anulação da apólice existente antes da entrada em vigor da nova apólice.

CLÁUSULA 27.ª – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO PARA O RAMO DE VIDA-MEMBROS

1. Estima-se um número anual de 35 beneficiários, de acordo com o seguinte:

MEMBRO	DATA DE NASCIMENTO	IDADE	SEXO	PROFISSÃO
1	02.02.1959	65	F	Professor
2	27.04.1960	64	F	Professor
3	09.12.1963	60	F	Professor
4	02.08.1964	60	F	Professor
5	15.10.1965	59	F	Assistentes educativos
6	06.09.1966	58	F	Professor
7	02.03.1967	57	F	Professor
8	29.09.1967	57	F	Assistentes educativos
9	20.06.1969	55	F	Professor
10	04.07.1969	55	M	Professor
11	19.12.1973	50	M	Técnico
12	31.12.1975	48	F	Professor
13	13.01.1976	48	M	Professor
14	17.03.1976	48	F	Professor

15	21.03.1976	48	M	Professor
16	26.10.1976	48	F	Técnico
17	09.12.1976	47	F	Professor
18	18.02.1977	47	M	Técnico superior
19	27.02.1977	47	M	Professor
20	09.04.1977	47	F	Professor
21	05.05.1977	47	M	Professor
22	19.06.1977	47	F	Professor (Atualmente encontra-se a gozar licença sem vencimento, prevendo-se a sua inclusão a partir de setembro de 2025)
23	22.07.1977	47	M	Professor
24	24.02.1979	45	F	Professor
25	22.10.1979	45	F	Professor
26	14.06.1981	43	M	Técnico
27	23.09.1981	43	M	Técnico superior
28	21.10.1981	43	F	Professor
29	14.11.1981	43	F	Técnico superior
30	30.01.1986	38	F	Professor
31	22.12.1986	37	M	Administrativo
32	10.05.1987	37	F	Professor
33	27.03.1990	34	F	Professor
34	31.08.1993	31	F	Professor
35	15.11.1996	27	F	Professor

2. No início do contrato, a Entidade Adjudicante enviará à Empresa de Seguros o nome dos membros ativos da Didáxis a integrar na apólice.

1. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO: Trimestral, sem encargos de fracionamento

2. CONDIÇÕES A RESPEITAR:

- As pessoas ao abrigo desta apólice serão os membros ativos da Didáxis;
- Não aplicação de encargos de fracionamento dos prémios.

4. COBERTURAS E CAPITALIS: As coberturas e capitais a contratar ao abrigo da apólice são as seguintes:

COBERTURAS	CAPITAIS
Morte ou invalidez permanente por acidente	51.875,00€

5. SINISTRALIDADE: Não houve sinistralidade nos últimos 3 anos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
